

Ibama lança edital de concurso público para 460 vagas

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publicou, na última sexta-feira (24), o Edital nº1/2025 de abertura do concurso público para provimento de 460 vagas do Instituto, sendo 330 vagas para analista ambiental e 130 vagas para analista administrativo, ambos os cargos de nível superior. Os salários giram em torno de R\$ 9 mil. A execução do processo seletivo é realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp).

As vagas estão distribuídas por todo o país, conforme item 4.1 do Edital. O período de inscrições é de 30 de janeiro a 18 de fevereiro, com a aplicação das provas objetivas e discursiva prevista para o dia 6 de abril deste ano.

Para ocupação dos cargos, é necessário ter diploma, devidamente registrado, de conclusão de graduação em nível superior ou habili-



tação legal equivalente em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Os aprovados para os cargos de analista administrativo realizarão todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama (Lei nº 10.410/2002). Já para os cargos de analista ambiental, as competências abrangem planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de

meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades: regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais (Lei nº 10.410/2002).

Fonte: Condsef

UFMA abre edital para o cargo de Tutor nos Cursos de Graduação EAD

A Universidade Federal do Maranhão, por meio da Superintendência de Tecnologias na Educação (STED), abre Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Tutor nos cursos de Graduação na modalidade de educação a distância da Universidade. As inscrições são gratuitas e ocorrerão entre os dias 28 de janeiro e 7 de fevereiro de 2025 por meio do Sistema de Seletivos da STED-UFMA.

As vagas são destinadas para atuação nos Cursos de Graduação EAD em Administração, Administração Pública, Artes Visuais, Biologia, Computação,

Educação Física, Física, Letras Libras, Letras Português, Matemática, Pedagogia, Tecnólogo em Tecnologia em Gestão da Qualidade e Química, distribuídas entre os 39 polos vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB-UFMA).

Público-alvo

Podem participar do seletivo, candidatos internos e externos à UFMA, comprovando ter experiência de, no mínimo, um ano no magistério do ensino básico ou superior; diploma na área, disponibilidade de 20h semanais; residir no município em que o curso

é ofertado; entre outros requisitos descritos no Edital Nº01/2025-STED-UFMA.

A avaliação dos candidatos consistirá em análise curricular, com prova de título. O resultado final do Processo Seletivo será divulgado no site da STED no dia 26 de fevereiro de 2025.

Valor da bolsa

Ao compor a equipe do Curso, o tutor será bolsista no programa Universidade Aberta do Brasil, com bolsas pagas pela CAPES, no valor de R\$ 1.100,00 mensais.

Fonte: UFMA



Seis anos depois, crime que matou 272 pessoas em Brumadinho (MG), segue sem punição

Seis anos após a tragédia de Brumadinho, Minas Gerais, as marcas do rompimento da barragem da Vale S.A. no Córrego do Feijão permanecem visíveis na vida das vítimas, no meio ambiente e na inércia das responsabilizações criminais. O desastre, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, provocou a morte de 272 pessoas, entre elas duas gestantes e seus bebês, além de ter devastado a bacia do Rio Paraopeba com o despejo de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração.

“O Estado e a Vale precisam assumir sua responsabilidade nessa tragédia, cumprindo com suas obrigações. Nossa tarefa como movimento é cobrar que as empresas cumpram e avancem em medidas de segurança para a classe trabalhadora, comunidade e meio ambiente”, afirmou Rosalina Amorim, Secretária do Meio Ambiente da CUT.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciou que, até hoje, nenhum culpado foi punido pelo colapso da estrutura. Segundo a entidade, os programas de reparação da mineradora reconheceram apenas 10% das pessoas atingidas, além da Vale ter cumprido somente 1% da dragagem de rejeitos prevista em acordos firmados. A negligência afeta muitas famílias que dependiam do rio para sua subsistência, agora convivendo com água de qualidade duvidosa e solos contaminados.

Entre os impactos diretos estão o agravamento da saúde da população local. O MAB relata que muitas pessoas gastam entre R\$ 300 e R\$ 700 mensais com medicamentos para tratar doenças decorrentes da

contaminação. Além disso, os custos com água potável são uma realidade inevitável, já que as cisternas locais estão impróprias para consumo.

A tragédia também expõe falhas nos mecanismos de fiscalização e controle. A barragem que se rompeu operava sob a chancela da empresa alemã Tüv Süd, responsável pela certificação de sua estabilidade. Para o MAB, a gestão da reparação é monopolizada pela própria Vale, que define, executa e fiscaliza as ações de recuperação ambiental. Os atingidos não têm participação real nos processos. “A Vale controla tudo, enquanto o poder público deveria garantir maior transparência e informações qualificadas”, criticou o movimento.

Outro ponto de tensão é o acordo firmado em 2021 entre o governo de Minas Gerais, a mineradora e instituições de Justiça. Embora tenha estabelecido o Programa de Transferência de Renda (PTR) como solução para o pagamento emergencial, o contrato prevê o encerramento de vários programas antes que a maioria das vítimas tenha sido devidamente reparada. De acordo com o MAB, o PTR será reduzido pela metade em março de 2026 e extinto em abril do mesmo ano, ferindo direitos previstos na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

Contudo, para o MAB, os avanços são insuficientes. O movimento defende maior participação popular e a contratação de assessorias técnicas independentes para auxiliar as populações atingidas na compreensão dos danos e das formas de reparo. “Sem transparência e fiscalização independente, é impossível garantir que as medidas estejam sendo devidamente executadas”, alertam.

Para marcar os seis anos da tragédia, houve em Belo Horizonte, no último sábado, organizado pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, assembleias, debates e uma marcha pela cidade. Enquanto isso, as vítimas seguem aguardando a justiça que teima em tardar. A questão que persiste é: até quando o Brasil permitirá que crimes socioambientais dessa magnitude fiquem sem punição?

Indenizações

Apesar dos bilhões pagos pela Vale o valor não é suficiente para reparar os prejuízos financeiros de quem perdeu tudo e, principalmente não paga pelas vidas perdidas.

No site da empresa, com atualização de outubro de 2024, os recursos destinados a indenizações e auxílios financeiros pela Vale aos atingidos incluem:

- ◆ Aproximadamente 16,7 mil pessoas foram indenizadas, somando R\$ 3,7 bilhões, sendo:
 - ◆ 14,2 mil beneficiários, cerca de R\$ 2,5 bilhões em indenizações cíveis, judiciais e extrajudiciais.
 - ◆ 2,5 mil beneficiários, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, em indenizações trabalhistas.
- ◆ Cerca de 100 mil pessoas receberam auxílio, totalizando R\$ 2,4 bilhões.
- ◆ Por iniciativa da Vale, também foram feitas doações de R\$ 36 milhões a cerca de 1.000 pessoas.
- ◆ Mais de 5,6 mil pessoas foram atendidas no Programa de Assistência Integral ao Atingido (PAIA), com suporte e orientação gratuitos após o pagamento das indenizações.

Com informação da Ag. Brasil.

Fonte: CUT